a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

N.º 36 — Verão de 2011

O castelhano das dobragens: interferências do inglês no castelhano contemporâneo

Juan Luis Conde
Universidade Complutense de Madrid

[Este artigo foi publicado originalmente, em língua espanhola, em *puntoycoma*, n.º 122[1]. A similaridade de situações das línguas ibéricas face às interferências do inglês justifica a publicação do artigo em português. Na generalidade dos casos, onde se lê castelhano poder-se-ia ler português (começando pelo título do próprio artigo). Nos casos em que, porém, o problema é mais especificamente do espanhol, o texto é apresentado recolhido e em tipo mais reduzido. Com a autorização do autor, procedeu-se à inclusão de equivalentes portugueses e de comentários, sempre que o texto o justifique. Tradução de Tânia Lemos Ribeiro e adaptação de Paulo Correia, Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, e revisão por um grupo de colaboradores assíduos d'«a folha».]

A 13 de maio de 1993, sob o título «*Modernos y elegantes*», o escritor Julio Llamazares publicou, no jornal *El País*[2], um divertido artigo que tem sido muito divulgado desde então, chegando até a circular pela Internet como texto anónimo, reescrito e reenviado por cada internauta como palimpsesto. Nesse texto, o autor pretendia denunciar e ridicularizar a atitude de importação indiscriminada e incontinente de termos ingleses, que por essa altura aflorava em Espanha. As suas primeiras linhas dão o tom ao artigo: «Desde que as *insignias* [pt: emblemas] se chamam *pins*, os *homosexuales* [pt: homossexuais] *gays*, as *comidas frías* [pt: almoços frios/bufetes frios] *lunchs*, e os *repartos de cine* [pt: elencos cinematográficos] *castings*[3], este país não é o mesmo: agora é muito, mas muito mais moderno».

---

[1] Conde, Juan Luis — «Castellano doblado. Interferencias del inglés en el castellano contemporáneo». *puntoycoma*, n.º 122, março-abril de 2011, http://ec.europa.eu/translation/bulletins/puntoycoma/122/pyc1224_es.htm.
[2] *El País*, 13.5.1993, http://www.elpais.com/articulo/opinion/Modernos/elegantes/elpepiopi/19930513elpepiopi_14/Tes.
[3] N.T.: As palavras inglesas podem ser adaptadas noutras línguas com diferentes sentidos (*casting*: Moliner, María — *Diccionario de Uso del Español*: relación de los actores que actúan en una película o en una obra teatral; elenco / Porto Editora — *Infopédia*: processo de escolha dos atores para um filme, uma peça ou um programa). Ver também o artigo «Variante portuguesa do inglês? Dois ou três exemplos» *in* «a folha», n.º 30 — verão de 2009, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha30_pt.pdf.

1. Uma nova apreciação da modernidade linguística

A sua perceção — consciente ou inconsciente — de que a chamada modernidade não era (é) mais do que um disfarce ou um pretexto para as relações de poder é muito acertada. A «modernidade» é, certamente, um pretexto mais atraente do que uma qualquer «superioridade» fundamentada nas supostas vantagens inerentes à outra língua, sejam elas quais forem. A sensibilidade e a submissão a essa forma específica de poder (e a sofreguidão de se apoderar do respetivo capital simbólico, que alguns creem imenso) é aquilo a que eu chamo papalvice(4).

A intenção de Llamazares é satírica, e a sua ideia de substituição de palavras castelhanas tradicionais por palavras inglesas, uma a uma, não pretendia outra coisa senão levar ao ridículo através de uma acumulação quase caótica. Conforme temos tido ocasião de comprovar com o passar dos anos, essa abordagem não transmitia plenamente a gravidade do processo: o problema real é que cada termo importado do inglês pelos papalvos (economistas, jornalistas, tecnocratas, negociantes, lojistas ou simples ignorantes com influência pública) cai sobre a língua de chegada como um obus, deixando à sua volta uma cratera de silêncio na forma de palavras extintas. O fascínio pelo neologismo imanta a imaginação verbal e resseca-a. Tal como acontece frequentemente com o transplante de uma espécie exótica, à volta de cada importação dá-se uma rutura do equilíbrio ecológico, cresce o deserto e surge uma nova língua para o intercâmbio habitual sem a flora nem a fauna autóctones, irremissivelmente depauperada.

Para não me alongar demasiado, limitar-me-ei a uma recente importação especialmente ilustrativa do efeito obus: refiro-me à versão anglófona de «*ratio*», o velho termo latino do qual deriva o castelhano «*razón*» [pt: razão]. Ora, a utilização submissa de «*ratio*» [pt: rácio] não só não veio suprir a falta de uma palavra castelhana como provocou a quase-extinção de uma série de recursos lexicais: os substantivos «*proporción*» [pt: proporção], «*promedio*» [pt: média], «*media*» [pt: média], a expressão «*por término medio*» [pt: em média], certos sentidos de «*relación*» [pt: relação] e inclusive «*razón*» [pt: razão] na locução prepositional «*a razón de*» [pt: à razão de]. Convertida em fetiche, «*ratio*» aumentou o seu campo designativo até abarcar qualquer dado ao qual, no âmbito das quantificações, se queira dar um ar de importância. Numa carta que recebi recentemente do Dr. Rodrigo Rato, presidente da Cajamadrid, enaltecendo-se a si mesmo e à sua boa gestão medida em percentagens, a palavra «*ratio*» (ou, mais precisamente, no plural, «*los ratios*», *sic* [pt: os rácios]) significava simplesmente «*cifra*» [pt: número].

Os anos que decorreram desde a publicação do artigo pioneiro de Julio Llamazares permitiram-nos fazer um balanço mais preciso dos danos causados na língua castelhana por obra dos modernos papalvos anglómanos. Llamazares centra-se exclusivamente no léxico, e essa esfera é, possivelmente, a mais superficial e controlável, dado que é evidente. Muito mais perturbadores são os mimetismos relacionados com as estruturas e os hábitos linguísticos, visto que essas modificações operam impercetivelmente (ou seja, como se fossem devidas a decisões próprias dos utilizadores da língua, tendo desaparecido todo o rasto formal ou superficial da língua inglesa). Tal como no caso do léxico, as novidades não se limitam a substituir um recurso tradicional do castelhano, como, habitualmente, socavam ou diluem diferenças funcionais, estilísticas ou conotativas elaboradas pelo trabalho intergeracional da língua.

O decalque como forma de criatividade

Na minha mocidade, mobilizei-me muitas vezes contra a entrada do meu país na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a NATO(5). Naqueles tempos, entre os anos setenta e oitenta do século passado, os cartazes que erguíamos rezavam «*OTAN, no*» [pt: NATO, não]. Naquela época, os automóveis de quem tinha automóvel e as motas de quem tinha mota (até as bicicletas de quem tinha

(4) N.T.: O autor utiliza aqui o termo *papanatismo*, a qualidade ou atitude do *papanatas*. Segundo o *Diccionario de Uso del Español* de María Moliner, o qualificativo *papanatas* «se aplica a la persona fácil de engañar o que se pasma de cualquier cosa».
(5) N.T.: Em Portugal vulgarizou-se a sigla inglesa NATO (*North Atlantic Treaty Organization*).

bicicleta) ostentavam autocolantes alegres, colados nalgum local visível, com o lema «*Nucleares, no (gracias)*» [pt: Nucleares, não (obrigado)][(6)]. Este tipo de formulação da rejeição era normal na língua do país: a tipologia do castelhano impõe que a rejeição de algo ou de alguém se expresse *após* o nome da coisa rejeitada, tal como dizemos «*Tonterías, ninguna*» [pt: Disparates, nem um], ou «*Hoy póngame plátanos, pero naranjas, no*» [pt: Hoje levo bananas, mas laranjas, não], ou «*Perros, no*» [pt: Cães, não] (com ou sem vírgula). Porém, na época em que escrevo estas linhas, leio outra maneira de colocar as coisas: «*No a la guerra de Irak*» [pt: Não à guerra no Iraque], «*No al laicismo agresivo*» [pt: Não ao laicismo agressivo], «*No a las drogas*» [pt: Não às drogas], etc. A negação antecede e liga-se sintaticamente ao objeto negado.

Isto não significa que este novo procedimento para palavras de ordem de condenação ou de rejeição seja, digamos, incorreto ou agramatical. Embora fosse peregrino e divagante, esteve sempre disponível. O que se passa é que o velho modo de expressão *caiu em desuso*. O que é que aconteceu? Aconteceu que se começou a traduzir palavra por palavra lemas originados nos Estados Unidos (em cuja língua a negação precede o que é negado: *No dogs, No war, No nukes,* etc.), para adaptar depois a sua sintaxe como se fosse um rasgo de modernidade, elegância ou, simplesmente, correção.

Mas esta inversão da tradição não é a única. Os sintagmas ingleses organizam-se partindo do particular para o geral, exatamente ao contrário do castelhano, que formula a realidade partindo do geral até chegar ao particular. Essa é precisamente a diferença que existe entre uma língua do «tipo Organização do Tratado do Atlântico Norte», como a castelhana, e outra do «tipo North Atlantic Treaty Organization», como a inglesa. A adoção de uma sintaxe de tipologia inglesa tem sido secundada pelo mundo do *marketing*, da publicidade e dos negócios de forma esmagadora. Assim, sobre o modelo do arquicélebre sintagma «Warner Brothers» e outros semelhantes, os «criativos» conseguiram fazer com que «*Viajes Halcón*» se transformasse em «*Halcón Viajes*»[(7)], os «*Hermanos Ramírez*» em «*Ramírez Hermanos*», o «*Pabellón Fernando Buesa*» em «*Fernando Buesa Arena*» e a «*Parrilla El Javi*» em (e juro que é um exemplo real!) «*El Javi Parrilla*»[(8)].

A papalvice costuma ser o pecado de uma classe média pretensiosa. É difícil ignorar o efeito que exerce sobre os setores «intelectuais» e quadros da administração, na linguagem da economia e das diversas políticas, desde a educativa à sindical, passando pela militar.

> É nesses domínios que se tem criado e desenvolvido uma nova maneira de construir plurais em castelhano. Estes inserem-se numa gramática especial que não se enquadra em nenhum dos pressupostos previstos na casuística da língua, que se aplica, em princípio, a palavras percebidas como cultas e (morfologicamente) estrangeiras, mas já começou a causar estragos no meio ecológico que a envolve. Assim, qualquer palavra que não seja castelhana forma sempre o seu plural de uma única maneira: acrescentando-se um simples -s desinencial, mesmo que o singular termine numa consoante[(9)].
>
> Assim, ouve-se falar em *referéndums, ultimátums, currículums, déficits, júniors,* etc. Os plurais dos cultismos estrangeiros, de preferência procedentes do latim (mas também de outras línguas, na verdade, de qualquer língua estrangeira), são tratados de uma maneira surpreendente: para construí-los, não se recorre nem a «*referenda*» (como no original latino), nem a «*referendos*» (que seria a adaptação

---

[(6)] N.T.: O lema mais habitual em Portugal foi/é «Energia Nuclear? Não obrigado». A variante «*Nucleares, no gracias*» refere-se mais concretamente à oposição à construção das centrais nucleares espanholas, como Almaraz I e II, no rio Tejo.
[(7)] N.T.: Halcon Viagens em Portugal.
[(8)] N.T.: Em Portugal abundam os exemplos na área dos hotéis: D. João II Hotel, Santa Marta Hotel, Beja Parque Hotel, Bessa Hotel, etc.
No ensino superior (público e privado), há casos recentes em que o português é pura e simplesmente abandonado. A Universidade Nova de Lisboa deixou de ter uma Faculdade de Economia e passou a ter uma «Nova School of Business & Economics» e a Universidade Católica Portuguesa rebatizou a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais com o nome de «Católica Lisbon School of Business & Economics», http://www.novasbe.unl.pt/?LangChange=PT e http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplhome.asp?sspageID=1&lang=1.
Os exemplos recentes multiplicam-se, chegando também ao nível das autarquias locais. A Junta de Freguesia de Benfica, em Lisboa, inaugurou recentemente o «Benfica Extreme Adventure Park», http://www.jf-benfica.pt/Bx_Adventure/bx_benfica.html.
[(9)] N.T.: Em Portugal o problema existe numa escala aparentemente menor do que em Espanha. Alguns exemplos: *modems* (embora pronunciado módemes), *check-ins* (embora pronunciado chequines), tokens (embora pronunciado tôquenes).

morfológica natural dos cultismos ao castelhano), nem a «*referéndumes*» (a adaptação coloquial às regras do plural em castelhano, como «*álbumes*» —ou «*álbunes*»— para «*álbum*» —ou «*albun*»—) nem, como alternativa, se permite que sejam os determinantes, adjetivos ou artigos a conferir a marca de plural, mantendo o cultismo inalterado (ou seja, indeclinável) na sua forma do singular latino: «*los, algunos, estos referéndum*». Qualquer uma destas soluções teria uma lógica gramatical. Mas, não: a forma preferida e reiterada na imprensa é «*referéndums*», um plural que agride a fonologia do castelhano e que não corresponde à forma de construir plurais nem em latim, a língua original da palavra, nem em castelhano. Será catalão? Não, por amor de Deus: ainda que alguns falantes de catalão possam reforçar a sua utilização, trata-se apenas do simples plural inglês.

A introdução deste novo plural «fino» modificará, sem dúvida, a ecologia do plural em castelhano. Este plural «moderno» é pressionante: já ouvi dizer «*carácters*» na rádio.

Filmes e artistas

Grande parte, se não mesmo a maioria, destes mimetismos penetra, por assim dizer, pelos interstícios da má tradução, uma atividade cuja presença e frequência atual não se pode, por muito que se queira, ignorar. Atualmente, as vias de tradução do inglês abarcam todas as vertentes da realidade comunicativa: sem nos darmos conta, escutamos traduções do inglês quando ouvimos as notícias internacionais ou programas musicais; quando assistimos a conferências sobre economia, linguística ou sociologia; quando consultamos manuais de instruções e bulas de medicamentos; e quando ouvimos discursos políticos e palavras de ordem. E, ao traduzir, decalcamos. Eventualmente conseguimos mesmo ver o processo em andamento. Certos grupos (ou as cabeças pensantes de certos grupos) parecem ser especialmente sensíveis à influência da língua inglesa. Um desses grupos é o ativismo feminista, que já conseguiu impor a palavra «género» [pt: género], decalcado do inglês *gender*, e procura, por todos os meios, impor o decalque correspondente a *to empower* e *empowerment*, ao ponto de encher as paredes com palavras de ordem que propõem, de forma (ainda) enigmática, à população: «*Mujer, empodérate*» [pt: Mulher, empodera-te].

Mas isso é agora, nos últimos tempos. Durante muitos anos, a principal via de tradução do inglês foi a destinada à dobragem cinematográfica. As perversas diretrizes do regime franquista que obrigavam à dobragem dos filmes estrangeiros com o objetivo de melhor os submeter à censura e ao controlo estão a ter, com o passar dos anos, consequências difíceis de prever para os seus impulsionadores e, seguramente do ponto de vista destes, seriamente contraproducentes(10). Um par de gerações mais tarde, as crianças, que segundo estudos recentes se sentam, em média, cerca de três horas diárias à frente da televisão e vão em massa ao cinema ao fim de semana, aprendem, através destes meios, um castelhano novo, transformado e ecologicamente degradado. É o resultado de ouvir uma língua que, numa percentagem elevadíssima e crescente, consiste em traduções estacanovistas(11) do inglês dos Estados Unidos(12).

Quando descrevo muitos dos fenómenos a seguir apresentados, tenho a sensação de estar a descrever o idioma geracional dos meus filhos: o castelhano das dobragens.

(10) N.T.: No caso português, o regime salazarista não recorreu à dobragem, sendo os filmes legendados (excetuavam-se algumas dobragens de origem brasileira de filmes infantis de desenhos animados). A dobragem em Portugal apenas se desenvolveu com o aparecimento dos canais privados de televisão, em meados dos anos 90, mas ficou limitada a filmes dirigidos a públicos infantojuvenis. A narração foi desde cedo utilizada em documentários, encontrando agora o seu *habitat* natural nos canais temáticos da televisão por cabo.

(11) N.T.: Ver na *Wikipédia* o artigo «Estacanovismo», http://pt.wikipedia.org/wiki/Estacanovismo. Alexey Stakhanov foi um mineiro da ex-URSS, herói do trabalho socialista.

(12) N.T.: A outro nível, pois não se está a falar de traduções, também alguns ingleses se queixam da influência que o inglês dos Estados Unidos está a ter no inglês europeu. Ver a este respeito o artigo «Viewpoint: Why do some Americanisms irritate people?», publicado no sítio Web da BBC em 13.7.2011, http://www.bbc.co.uk/news/14130942.

2. Modificações da ecologia linguística

O possessivo e a propriedade privada

Os fenómenos são muito evidentes; já os efeitos são subtis e poderosos. Salvo, talvez, para quem tenha dificuldade em aceitar o chamado «aquecimento global», é fácil observar no castelhano contemporâneo um insólito abuso dos pronomes possessivos, aos quais se recorre das maneiras mais inoportunas. Os locutores desportivos são adeptos da coisa: dizem-nos «*Se ha lesionado en su rodilla*» [pt: Lesionou-se no seu joelho] sem se preocuparem em explicar-nos em que joelho de outra pessoa é que alguém se poderia lesionar. Os profissionais de saúde também estão contaminados: a pessoa encarregada de me fazer uma radiografia indicava-me como proceder dizendo «*Acerca tu pecho*» [pt: Aproxime o seu peito] e «*Levanta tus brazos*» [pt: Levante os seus braços]. Perguntei-lhe porque é que falava de forma tão poética, mas achou que era uma brincadeira.

Pelos vistos, o técnico de radiologia já não distinguia as diferenças que existem entre o registo poético «*Dame tu mano*» [pt: Dá-me a tua mão], com o possessivo, e o coloquial e quotidiano «*Dame la mano*» [pt: Dá-me a mão], com o artigo no seu lugar. O abuso obsessivo dos pronomes possessivos acabou por diluir a fronteira entre esses registos, ao ponto de chegar a ser considerado por parte de uma camada semiculta da população como uma marca urbana ou moderna (no sentido de Llamazares) da linguagem. Deste modo, primeiro nos filmes e depois na rua, poesia e grosseria coexistem contranatura em expressões como «*Mueve tu culo*» [pt: Mexe o teu cu], em lugar do castiço, prosaico e *normal* «*Mueve el culo*» [pt: Mexe o cu].

A utilização é desinibida na publicidade, onde a propriedade privada e os seus defensores semânticos nos acostumaram a expressões como «*Acuda a su banco*» [pt: Dirija-se ao seu banco] e «*Consulte con su concesionario*» [pt: Consulte o seu concessionário], como se uma pessoa possuísse um banco, um concessionário de automóveis ou uma pizaria. O cúmulo foi para mim uma recomendação publicitária que dizia: «*Entre ya en su web y contacte con nosotros*» [pt: Vá já à sua Internet e contacte-nos].

Um aspeto especialmente grave desta contaminação de corpúsculos possessivos é o que afeta os verbos que se constroem em castelhano, de uma forma muito idiossincrática, com uma estrutura derivada do dativo ético latino, como «*Le planchó la camisa*» [pt: Passou-lhe a camisa a ferro], «*Me agarró el brazo*» [pt: Agarrou-me o braço], «*Te robó la cartera*» [pt: Roubou-te a carteira], transformadas, por arte de um inglês mal traduzido, em «*Planchó su camisa*» [pt: Passou a sua camisa], «*Agarró mi brazo*» [pt: Agarrou o meu braço] ou «*Robó tu cartera*» [pt: Roubou a tua carteira]. Educadas a uma média de três horas diárias de exposição à televisão, as crianças já falam assim: «*Mira mi espalda*» [pt: Vê as minhas costas], diz a minha filha à minha mulher quando alguma coisa a incomoda nessa zona do corpo, em vez de «*Mírame la espalda*» [pt: Vê-me as costas].

É óbvio que as relações de propriedade se expressam de maneira muito diferente em inglês e em castelhano. O recurso do inglês às partículas possessivas é dominante, ao passo que o castelhano tem alternativas consolidadas. A preguiça para as encontrar, por parte de alguns tradutores, é também responsável pela recorrente substituição da estrutura transitiva de certas construções castelhanas {ter + OD [artigo + substantivo] + predicado} por uma atributiva que segue a ordem de palavras em inglês {S [possessivo + substantivo] + ser/estar + atributo}, como: «*Tu mano está helada*» [pt: A tua mão está gelada] em vez de «*Tienes la mano helada*» [pt: Tens a mão gelada] ou «*Tu casa es enorme*» [pt: A tua casa é enorme] em vez de «*Tienes una casa enorme*» [pt: Tens uma casa enorme].

A corrosão não só afeta esta estrutura como também, mais uma vez, leva ao desaparecimento de um contraste estilístico entre as linguagens poética e coloquial. Para compensar a anemia gramatical e a maior flexibilidade noutros domínios, a sintaxe da língua inglesa é mais rígida, a ordem das palavras é mais estrita. Se a utilização de possessivos vier a corresponder à ordem de palavras da língua de Beckham, dentro de pouco tempo assistiremos à criação pós-modernista «*Mi cabeza duele*» [pt: A minha cabeça dói] em vez de «*Me duele la cabeza*» [pt: Dói-me a cabeça].

Outra consequência indesejável, vinculada ao mimetismo das estruturas possessivas, é a relegação do adjetivo possessivo posposto, ignorado a favor do anteposto em situações em que o inglês prefere essa solução: «*No es mi culpa*» [pt: Não é minha culpa], dizem os miúdos em vez de «*No es culpa mía*» [pt: Não é culpa minha]; os anúncios institucionais admitem «*Es nuestra responsabilidad*» [pt: É nossa responsabilidade] mas nunca «*Es resposabilidad nuestra*» [pt: É responsabilidade nossa], como se essa opção tivesse desaparecido. O recurso sem exceção ao possessivo átono ameaça eliminar da mente dos falantes a segunda solução, com o possessivo tónico, depois de terem perdido a capacidade para identificar a diferença(13). Porém, entre «*Es mi hermano/amigo/socio*» [pt: É meu irmão/amigo/sócio] e «*Es hermano/amigo/socio mío*» [pt: É um irmão/amigo/sócio meu] existe, pelo menos, uma diferença: a segunda frase parece informar também que o orador tem vários irmãos, amigos ou sócios. Existem, sem dúvida, outras conotações contextuais que não estou em condições de descrever neste momento(14), mas a diferença inclui, pelo menos, o indício de uma pluralidade de objetos na sintaxe posposta do possessivo e sugere uma exclusividade, uma singularidade na anteposta. Quando se diz «*Es nuestra responsabilidad*» [pt: É nossa responsabilidade] parece que não se tem outra.

Quanto a «*No es mi culpa*» [pt: Não é minha culpa], não se dizia até à geração dos meus filhos, salvo num contexto literário, filosófico ou religioso grandioso que não me sinto capaz de evocar aqui. Aos meus ouvidos, «*No es culpa mía*» [pt: Não é culpa minha], uma construção hoje em dia em vias de extinção, fala de uma das minhas possíveis culpas, incluindo as muito triviais, e era muito frequente no uso quotidiano; pelo contrário, «*No es mi culpa*» fala «da» culpa, a única, a grande ou a por antonomásia. É muito, muito estranho; nós não dizemos isso em castelhano, ou não dizíamos.

Insensibilidade pronominal

As influências entre línguas sempre existiram, e, em certas ocasiões, não sem alguma inventividade, mas na verdade não vejo motivo para aceitar resignadamente as confusões e muito menos as limitações de possibilidades. Observem como *se reduz* a sintaxe da língua castelhana e observarão a sintaxe da língua inglesa. E há também uma lição para quem estuda idiomas: reparem no modo de falar dos filmes(15) e aprenderão a personalidade orgânica da língua inglesa.

O inglês precisa obrigatoriamente de utilizar os pronomes pessoais para indicar a pessoa do verbo, ao passo que o verbo castelhano pode simplesmente servir-se das desinências para essa função. As desinências verbais equivalem aos pronomes pessoais do inglês, que o castelhano também tem, mas que reserva para enfatizar através da redundância. Não é a mesma coisa dizer «*Lo cogí*» [pt: Agarrei-o] ou «*Yo lo cogí*» [pt: Eu agarrei-o] (ou, ainda, «*Lo cogí yo*» [pt: Agarrei-o eu]): na primeira expressão é destacado o verbo (*o que* foi feito), na segunda, o sujeito (*quem* o fez: «eu» e não «outro»). A diferença que existe entre as duas expressões é a que medeia entre a informação e o desafio. Em inglês, essa função enfática é muito difícil de transmitir por escrito e, oralmente, reflete-se exclusivamente pela entoação, que inclui sempre o pronome pessoal. A tradução descuidada, palavra por palavra, gera uma superabundância de pronomes pessoais em castelhano, erodindo assim a distinção entre o uso enfático e o não enfático, e transformando em narcisismo desafiante informações bastante corriqueiras:

> — *Yo tengo hambre, ¿qué tenemos nosotros para comer hoy?* [pt: Eu estou com fome, o que temos nós para comer hoje?]
> — *Nosotros tenemos unas judías pintas en la olla.* [pt: Nós temos uma feijoada.]

Existem, lamentavelmente, numerosas provas da perda de sensibilidade na utilização dos pronomes. Nos mapas urbanos que permitem ao transeunte poder orientar-se nas ruas de Madrid, encontra-se uma

(13) N.T.: Em português o problema é idêntico embora não se ponha em termos de possessivo átono ou tónico, pois não existe esta diferença entre *mi* e *mío/mía*, *tu* e *tuyo/tuya* ou *su* e *suyo/suya*.
(14) Atrevo-me a sugerir a existência de uma ênfase na relação na construção com adjetivo tónico, por contraposição a uma ênfase no possessivo quando se utiliza o adjetivo átono. De qualquer forma, os criptotipos nunca são simples.
(15) N.T.: Em Portugal, reparar nas legendas dos filmes e séries.

localização marcada com um ponto vermelho e a legenda «*Usted está aquí*». Mais uma vez, este texto denuncia uma erosão na capacidade de identificar as diferenças na posição das palavras, causada por seguidismo canino de mapas urbanos originais em inglês, onde o pronome precede obrigatoriamente o verbo em orações enunciativas. Mas, não, em castelhano «*Usted está aquí*» não é a mesma coisa que «*Está usted aquí*»(16).

Com a primeira informação responde-se à pergunta «e eu (para além de outros, ao contrário de outros), onde estou?». Não fora o formalismo, a resposta teria sido: «*tu* estás aqui», tal como diz um diretor de cena à medida que vai distribuindo os diversos intérpretes pelo palco. Mas, na realidade, uma vez que o mapa urbano não distribui posições geográficas entre figurantes, deveria limitar-se a responder à simples pergunta «onde estou?».

Como resposta, e sem o referido formalismo, o texto do município rezaria jovialmente «*Estás aquí*», *sem pronome*, evidentemente. Tendo em conta a formalidade, a solução adequada seria, com efeito, «*Está usted aquí*». Isto porque a utilização do pronome pessoal «*usted*» [você] nesta posição *posposta* em relação ao verbo não tem nada a ver com a função de ênfase: é uma possibilidade específica desse pronome que se emprega para desambiguar a forma verbal, já que poderia confundir-se com a terceira pessoa se se escrevesse apenas «*Está aquí*» (toda a gente se questionaria «quem?»).

Quiasmo interlinguístico

Os verbos não são menos conflituais e traidores do que os pronomes. Outro aspeto especialmente característico (a maneira como percebemos o campo estrutural) e que parece passar inadvertido aos tradutores é a relação inversa entre elemento verbal e adverbial nas expressões de movimento (e noutras ações modais). Quando ouvimos traduções como «*El bombero corrió adentro del edifício*» [pt: O bombeiro correu para dentro do edifício], «*Sally se deslizó afuera de la habitación*» [pt: Sally esgueirou-se para fora do quarto] ou «*Mi amigo nadó a través del río*» [pt: O meu amigo nadou através do rio], estamos a ouvir estruturas inglesas traduzidas palavra por palavra. Uma análise desapaixonada das duas línguas permite observar que o inglês coloca como verbo aquilo que o castelhano coloca como advérbio, e vice-versa: em inglês, a direção ou sentido do movimento (para dentro, para fora, para cima, para baixo, através, etc.) são expressados no advérbio (ou preposição), ao passo que o modo de se deslocar (andando, correndo, em passos largos, em pontas dos pés, etc.) aparece como verbo. Produz-se, assim, uma espécie de quiasmo interlinguístico: as palavras que expressam o modo e a direção, em inglês e em castelhano, cruzam-se como um xis. Como resultado: *The fireman ran in* não significa um absurdo «*El bombero corrió adentro*» [pt: O bombeiro correu para dentro], mas «*El bombero entró corriendo*» [pt: O bombeiro entrou a correr], *He/She slipped out* não é «*Se deslizó afuera*» [pt: Esgueirou-se para fora], mas «*Salió a hurtadillas / de manera furtiva*» [pt: Saiu de fininho / de maneira furtiva] (ou qualquer outra coisa), nem *My friend swam across the river* é «*Nadó a través del río*» [pt: Nadou através do rio], mas «*Cruzó el río a nado / nadando*» [pt: Atravessou o rio a nado / a nadar]. É essa peculiar diferença que causa a perplexidade do aprendiz hispânico de inglês, que pensa que os verbos nessa língua são infinitos. E são-no, de certa forma; nessas estruturas, qualquer informação modal em castelhano pode transformar-se num verbo inglês: se for «*Crucé a saltos*» [pt: Atravessei aos saltos] o rio, então *I jumped/hopped across the river*; «*Crucé en bici/moto*» [pt: Atravessei de bicicleta/mota] poderia equivaler a *I biked across*, «*Crucé en puntillas*» [pt: Atravessei em pontas dos pés] seria *I tip-toed across*, etc. Como se pode ver na série de exemplos, o que permanece estável em castelhano é a forma verbal («*Crucé*» [pt: Atravessei]), enquanto que em inglês é aquilo a que a gramática escolar chama advérbio ou preposição correspondente (*across*).

Muitas outras discrepâncias que se infiltram no castelhano pela dobragem de filmes, de séries ou de qualquer outro produto de ficção tornaram-se habituais. A utilização supletiva do verbo *to do* produz sérias vacilações na tradução, com uma proliferação realmente desnecessária do verbo «fazer». As estruturas de comprovação, do tipo *She ate the meal, didn't she?*, produz resultados barrocos no castelhano. Por exemplo, a expressão: *He travels a lot, but his sister doesn't*, não se deve traduzir

(16) N.T.: Em português a opção é apenas entre «Você está aqui» e «Está aqui».

como «*Él viaja mucho pero su hermana no lo hace*» [pt: Ele viaja muito mas a irmã não o faz], mas como «*Él viaja mucho pero su hermana, no*» [pt: Ele viaja muito mas a irmã não].

De igual modo, a dificuldade em identificar sintagmas com significado conjunto, dependendo por isso da tradução palavra a palavra, modificou a utilização do verbo «*soler*» [pt: costumar] em castelhano, fazendo-a disparar. *You used to smoke* não se traduz «*Tú solías fumar*» [pt: Tu costumavas fumar], mas «*Antes fumabas*» [pt: Antes fumavas]. Do mesmo modo, não se faz justiça a *I used to go there when I was a child* traduzindo por «*Solía ir allí de pequeño*» [pt: Costumava ir lá quando era pequeno], mas antes «*De pequeño, iba allí*» [pt: Ia lá quando era pequeno,]. Parece que não se percebe que a tradução do verbo auxiliar *used to* não é outro verbo, mas um advérbio ou o seu equivalente expressivo.

<u>*Ordens e proibições*</u>

As línguas não se resumem às palavras. Para não serem absurdas ou simplesmente más, as traduções devem ter em conta também os costumes de cada idioma que, tal como os hábitos horários ou gastronómicos de cada país, variam entre si.

A ignorância de aspetos pragmáticos por parte dos tradutores não permite a muitos deles, ao que parece, observar que o castelhano formula preferencialmente como proibições aquilo que o inglês exprime em forma de ordens. Casos frequentes para quem circula de automóvel: *Keep clear* equivale a «*Prohibido aparcar*» [pt: Proibido estacionar]; *Keep out* a «*Prohibido el paso*» [pt: Entrada proibida]. Não significa que não se possa dizer em castelhano «*Mantenga despejado*» [pt: Mantenha livre] ou «*Manténgase fuera*» [pt: Mantenha-se fora], mas, para quê dizer coisas assim? O mais normal, em todo o caso, é que o castelhano coloquial recorra simplesmente à oração negativa: *Stay away from me* não se deve traduzir automaticamente como «*Mantente alejado/lejos de mí*» [pt: Mantém-te à distância/longe de mim], mas antes como «*No te acerques a mí*» [pt: Não te aproximes de mim].

Como podemos ver, o problema é característico dos verbos *to stay* e *to keep*, muito frequentes em inglês, que a tradução descuidada verte como «*mantener*» [pt: manter], sem se dar conta de que esse verbo possui, na língua de Sánchez Ferlosio[(17)], um componente ativo e de duração alheio ao uso praticamente auxiliar que tem no idioma de Graham Greene. Um caso já quase irremediável teve como resultado a expressão típica das bulas médicas: «*Mantenga este medicamento fuera del alcance de los niños*» [pt: Mantenha este medicamento fora do alcance das crianças], tradução literal do inglês *Keep this medicine out of children's reach*. Mas «manter» exige uma participação ativa do sujeito que resiste a uma pressão alheia. Para imaginar isso, é necessário pensar no cumpridor ou na cumpridora da instrução a correr à frente das crianças, *mantendo* o produto longe do alcance delas, enquanto estas procuram a todo o custo alcançá-lo. Mas não é essa a ideia... É óbvio que o que se quer dizer em castelhano é, simplesmente, «*No deje este medicamento al alcance de los niños*» [pt: Não deixe este medicamento ao alcance das crianças], cujo cumprimento é garantido, de uma vez por todas, com uma ação pontual.

Pelas mesmas vias, o abuso de «manter» passou para supostos usos papalvo-moderno-educados, de tal forma que, já reiteradamente, encontrei o aviso «*Mantén la puerta cerrada*» [pt: Mantenha a porta fechada] no exterior de algum estabelecimento ou edifício no qual pretendo entrar. Paro sempre, obediente, à espera que alguém me venha ajudar. Uma tal ordem, mesmo que seja por favor, parece-me exagerada e incompreensível: não só me convida a não tentar passar por ela, como a contribuir para que ninguém a consiga abrir a partir do interior. Que falta de tato para dizer «*No dejes la puerta abierta*» [pt: Não deixe a porta aberta] ou, ainda mais simples, «*Deja la puerta cerrada*» [pt: Deixe a porta fechada]! O outro (equivalente a «*Mantén la boca cerrada*» [pt: Mantenha a boca fechada]) adverte que a porta não é para abrir sob nenhum pretexto, quando, na verdade, o que se pretende dizer é que se deve voltar a fechar a porta depois de se ter passado por ela. São duas coisas bem diferentes. Se se falar com quem afixou o

---

[(17)] N.T.: Ver na *Wikipédia* o artigo «Rafael Sánchez Ferlosio», http://gl.wikipedia.org/wiki/Rafael_S%C3%A1nchez_Ferlosio.

aviso, estará perfeitamente disposto a assumir o erro, mas poderá argumentar que a sua versão absurda e papalva *soa melhor*... Algumas das instituições em que encontrei o aviso são do ensino, o que agrava o pecado. Habitualmente, o texto castelhano surge por baixo do texto inglês: *Keep the door closed*. Mais uma vez, assistimos aqui a um subtil e perverso triunfo das relações de poder linguístico: na busca do espanhol «fino», chegou-se à infinita sofisticação de traduzir (mal) do inglês!

juanlconde@gmail.com

China, Hong Kong, Macau

Tânia Lemos Ribeiro
Antiga estagiária da Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Na tradução de textos relacionados com o Extremo Oriente, parece existir uma tendência geral para optar por fórmulas muito semelhantes às utilizadas no texto original, geralmente em inglês, esquecendo o facto de o português, tendo sido a primeira língua europeia a entrar em contacto estreito com as realidades dessas regiões, se manter como língua oficial em territórios asiáticos[(1)].

O caso mais evidente talvez seja o da China, com quem Portugal mantém desde há vários séculos relações e que reassumiu há pouco mais de dez anos a soberania de Macau, sob administração portuguesa desde meados do século XVI. O antigo território português adquiriu a designação de Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e viu serem alterados vários dos seus órgãos de soberania; no entanto, o português manteve o estatuto de língua oficial, a par do chinês.

Hong Kong partilha com Macau a condição de região administrativa especial da República Popular da China, mantendo os princípios do sistema capitalista. A Lei Básica de Hong Kong[(2)] parece ter servido de molde à Lei Básica de Macau[(3)] (considerando que a transferência de soberania de Hong Kong antecedeu a de Macau), sendo possível traçar um paralelismo entre a estrutura das duas leis, salvo pequenas diferenças circunstanciais. As línguas oficiais de Hong Kong são o chinês e o inglês.

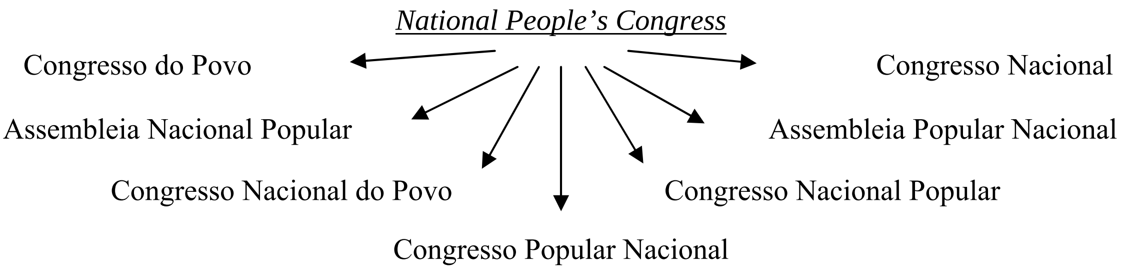
Estas duas regiões administrativas especiais devem publicar nas respetivas línguas oficiais toda a legislação derivada dos seus territórios e ainda traduzir os atos da República Popular da China diretamente aplicáveis nos seus territórios. Isto significa que, em princípio, existirão documentos oficiais traduzidos diretamente do chinês para o português e o inglês, conforme se trate de Macau ou de Hong Kong.

Não será, assim, a legislação de Macau a via privilegiada para a pesquisa e recolha de terminologia sobre assuntos relacionados com a China? E será que podemos fazer uma analogia entre as designações adotadas em português para os órgãos e cargos públicos de Macau e os seus homólogos em Hong Kong? No caso de Macau, a legislação pode ser consultada no sítio Web da Imprensa Oficial[(4)] e no caso de Hong Kong no sítio Web do governo regional[(5)].

---

(1) O português é língua oficial em Timor-Leste e Macau.
(2) Constitutional and Mainland Affairs Bureau of the Hong Kong Special Administrative Region — *Basic Law of the Hong Kong Special Administrative Region of the People's Republic of China*, http://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/index.html.
(3) Imprensa Oficial — *Legislação: Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*, http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp.
(4) Imprensa Oficial. Macau, http://pt.io.gov.mo.

Vejamos o que acontece atualmente nos textos da Comissão Europeia com a designação do órgão máximo da República Popular da China, em inglês «*National People's Congress*». Ao analisarmos as memórias de tradução surge referido de formas muito diversas:



Esta diversidade é igualmente visível, em Portugal, nos meios de comunicação social. Porém, a Lei Básica de Macau, entre outras, faz referência à «Assembleia Popular Nacional», designação que consta também no sítio Web da embaixada da República Popular da China em Portugal(6).

Por conseguinte, propomos que os **órgãos de soberania** da China, Hong Kong e também Macau sejam referidos respeitando a terminologia portuguesa adotada oficialmente em Macau. O mesmo se aplicará às designações das principais **divisões administrativas** da China. Em anexo a este artigo apresentam-se essas designações, tendo por base a Lei Básica de Macau, a Lei Básica de Hong Kong e as traduções para português e inglês dos n.os 1 e 2 do artigo 30.º da Constituição de 4 de dezembro de 1982 da República Popular da China(7)(8).

tanialemosribeiro@gmail.com

República Popular da China — órgãos de soberania

en	pt	IATE
National People's Congress	Assembleia Popular Nacional	930373
Standing Committee of the National People's Congress	Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional	1867772
State Council	Conselho de Estado	2249012
Central Military Commission	Comissão Militar Central	168975
Supreme People's Court	Supremo Tribunal Popular	3533591
Supreme People's Procuratorate	Suprema Procuradoria Popular	3533593

República Popular da China — divisões administrativas

en	pt	IATE
province	província	3536421
autonomous region	região autónoma	3536422
municipality directy under the Central Government	municipalidade diretamente dependente do Governo Central	3536426
autonomous prefecture	prefeitura autónoma	3536427
county	distrito	3536428
autonomous county	distrito autónomo	3536429
city	cidade	3536431

(5) Hong Kong Special Administrative Region Government — *Law of Hong Kong*, http://www.gov.hk/en/residents/government/law.
(6) Embaixada da República Popular da China em Portugal — *Visita da Vice-Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Sr.ª Uyunqimg*, 5.4.2011, http://pt.china-embassy.org/pot/zpgx/t812444.htm.
(7) People's Daily Online — *Constitution of the People's Republic of China*, http://english.peopledaily.com.cn/constitution/constitution.html.
(8) Boletim Oficial da Imprensa Oficial de Macau — *Constituição de 4 de Dezembro de 1982 da República Popular da China*, http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp.

Região Administrativa Especial de Hong Kong — órgãos de soberania regionais

en	pt	IATE
Legislative Council of the Hong Kong Special Administrative Region	Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Hong Kong	170350
Chief Executive	Chefe do Executivo	311185
Executive Council	Conselho Executivo	170349
Court of Final Appeal	Tribunal de Última Instância	1048475

Região Administrativa Especial de Macau — órgãos de soberania regionais

en	pt	IATE
Legislative Council of the Macao Special Administrative Region	Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau	3533570
Chief Executive	Chefe do Executivo	3533576
Executive Council	Conselho Executivo	3533578
Court of Final Appeal	Tribunal de Última Instância	351595

Da influência dos eletrodomésticos

Luís Filipe PL Sabino
Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

[Comunicação apresentada no 2.º Encontro de Tradutores da Administração Pública — Tradução e Revisão Jurídica, Lisboa, 30 de maio de 2011[1]]

A vantagem de ser o último a intervir nestas coisas é que não há que pretender inovar: já foi tudo dito e redito. Quando muito, faria uma sinopse do seminário... mas isso não me compete.

Mas, sem pretender fazer teoria, esta história de tradução e revisão jurídicas — ou apenas tradução e revisão jurídica (no singular, adjetivando apenas a revisão, como está no subtítulo deste Encontro) — nunca está esgotada e tem sido preocupação permanente desde que, no caso que mais particularmente me (e a outros aqui presentes) diz respeito, se começou a traduzir no quadro da então CEE, nos idos de 1982.

Assinalo, aliás, que o que direi a seguir assenta na experiência prática de trabalho nos serviços de tradução da UE em Bruxelas e no Luxemburgo durante 25 anos: é, pois, uma experiência circunscrita a um terreno e tempo institucional precisos — onde a tradução e a revisão assentavam num processo de «negociação» permanente — valendo o que vale.

Ao falar de revisão emprego o termo no seu sentido mais lato, incluindo a releitura da tradução (por comparação ou não com o original), o controlo da sua qualidade, verificação da ortografia, da pontuação, etc., etc., como adiante procurarei explicar.

Com alguma temeridade, poderia dizer-se que a tradução jurídica é precisa... mas a revisão jurídica... seria dispensável. Isto porque o tradutor podia reunir em si qualidades que tornariam desnecessária a revisão, o que, aliás, ocorre com frequência em ambiente institucional (falo de um documento já na sua fase final de produção, e não em estádios intermédios onde, por se esperarem alterações ao documento, a revisão por vezes não existe ou é sumária). Mas a tradução e a revisão (jurídicas ou não)

(1) Cf. Procuradoria-Geral da República. 2.º Encontro de Tradutores da Administração Pública, 30 de maio de 2011 — *Programa*, http://www.pgr.pt/grupo_soltas/Actualidades/2011/programa-2-Encontro-Tradutores.pdf.

são duas fases ancoradas na produção intelectual, assentes talvez na ideia de que não se pode saber tudo e na interrogação constante sobre o trabalho efetuado.

Mas, finalmente, a tradução é o pilar que está na origem de tudo aquilo de que falamos(2) aqui e a profissão de tradutor é, a par de uma outra, a mais antiga profissão do mundo. E quase tudo deve ficar resolvido na fase da tradução, remetendo-se para a revisão outras tarefas a que me referirei mais adiante. Aliás, «curiosamente», advérbio que se aplica hoje a propósito de tudo e de nada, este seminário intitula-se Encontro de Tradutores... e não de... Revisores...

Mas há ainda que fixar outros pontos sobre aquilo de que falamos, partindo do seguinte: o que marca em princípio a natureza de uma tradução e uma revisão jurídicas é, obviamente, o caráter jurídico do texto original a traduzir para português; quanto ao que define a juridicidade de um texto, abstenho-me de considerações por razões óbvias. Mas é certo, como se tem visto, que um original inglês pode dar, em certos aspetos, tradução em português algo diversa de uma tradução que tem por origem um original francês, e assim por diante(3). Isto, além do mais, porque há uma interseção de culturas que cada língua transporta que pode dificultar a operação tradutiva(4). O que vale dizer que — e aí os serviços de tradução das instituições e órgãos da UE têm insistido frequentemente, disso sendo testemunho uma série de publicações — o original jurídico deve ter uma redação cuidada, impecável, atenta... e veneranda... *ce qui n'est pas toujours le cas...*

Situando-nos no contexto da UE, esse texto jurídico original pode ser em primeira linha um regulamento, ou uma diretiva, ou uma decisão, atos primordiais por excelência(5) pelos efeitos jurídicos mais ou menos amplos que visam produzir (artigo 288.º e segs. do Tratado sobre o Funcionamento da UE), o que dispensa mais considerações, tal é a evidência da coisa.

Portanto, temos um original jurídico em língua estrangeira.

Mas a tradução correspondente pode não ser jurídica em sentido próprio, ou sê-lo em sentido meramente formal, por lhe faltarem algumas das que se podem considerar características da redação jurídica (mormente a legislativa, no que ora interessa): terminologia jurídica adequada, com o sentido que tem no ordenamento jurídico comunitário; ausência de ambiguidades; estilo concreto; simplicidade; clareza; concisão; proscrição do inútil e da dupla negativa; uniformidade de expressões e conceitos ao longo de todo o texto; uso do presente do indicativo (nos atos normativos), etc.(6)

---

(2) Jean Quatremer — Coulisses de Bruxelles: *No taxation without translation*, 3.10.2010, http://bruxelles.blogs.liberation.fr/coulisses/2010/10/no-taxation-without-translation-.html.

(3) Um exemplo do quotidiano, que não envolve o português, e que se reproduz como mera curiosidade (extraído de uma embalagem de champô, com dizeres em inglês, francês, espanhol, italiano e alemão): verifica-se que entre as línguas listadas não há concordância absoluta, dado que o elemento «*sexy*» por vezes *is lost in translation...* e o *without the bother* eclipsou-se nas línguas francesa e alemã...:

> «Sulfate-free shampoo keeps you looking hot without the bother»
> «Un shampooing sans sulfate qui garde toute la beauté des cheveux»
> «El shampoo sin sulfato te hace ver radiante sin darte ningún tipo de trabajo»
> «Le shampoo senza sulfato mantiene il tuo aspetto sensuale senza il minimo sforzo»
> «Mit diesem sulfatfreien Shampoo siehst du immer sexy aus»

Outro exemplo do quotidiano: num local público, pude ver estes dizeres em duas línguas, onde não há coincidência de instruções (a sinalética em locais públicos é tema complicado):

> *Não utilizar em caso de emergência*
> *In case of fire, don't use the escalators*

(4) V. Deferr, David — «El pensar en inglés: algunas reflexiones sobre la traducción jurídica». *puntoycoma,* n.º 55, enero/febrero de 1999, http://ec.europa.eu/translation/bulletins/puntoycoma/55/pyc555.htm. A publicação periódica «a folha» http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm tem dedicado muitas folhas ao tema.

(5) Os textos jurídicos na União Europeia são como as pizarias: há de todo o tipo e encontram-se em todas as instituições e órgãos e organismos.

(6) Embora as traduções sejam de qualidade menos boa (o que por vezes ocorre no *Jornal Oficial da União Europeia* e no nosso *Diário da República*), o certo é que elas têm produzido os efeitos visados... as pessoas entendem-se, ainda que surjam ocasionalmente litígios judiciais a propósito de divergências entre versões linguísticas (Eco, Umberto — *Dire presque la même chose: expériences de traduction*. Grasset, 2010, p.18-19).

Mas se a tradução não é jurídica em sentido próprio (por exemplo: por impreparação do tradutor ou por este ter formação estritamente literária, onde a vertente jurídica é postergada), a revisão deve ser jurídica sem falta, porquanto, como se assinalou, esta (a revisão) é o estádio final do trajeto do original-estrangeiro-tradução-revisão (refiro-me, claro, ao contexto nas instituições da UE). É verdade que o contacto do português jurídico com a legislação europeia, já existente quando Portugal aderiu à então CEE, e ulteriormente, obrigou a nossa língua a novas possibilidades expressivas e até a novas terminologias — o que significa enriquecimento — mas também é certo que, para acompanhar as versões em línguas estrangeiras de modo a que ao intérprete (especialista ou não em matérias jurídicas) não se suscitassem dificuldades extremas sobre o sentido da frase (ou mais importante, da norma), optou-se, por vezes, por um certo facilitismo, traduzindo palavra a palavra, o que, além do mais, afetou o aspeto estético da redação jurídica.

E a estética tem também aqui a sua relevância.

Note-se ainda o seguinte. Uma série de traduções jurídicas da UE menos felizes podem, com a reprodução no direito nacional das disposições comunitárias (na parte aqui mais relevante), criar um novo tipo de redação que passa a ser padrão, aliás o mesmo podendo ocorrer com traduções efetuadas pelas autoridades portuguesas de convenções internacionais publicadas no *Diário da República*. Temos neste caso um pequeno exemplo no uso do termo «arranjos»[(7)] como tradução do inglês «arrangements» ou da palavra francesa homógrafa.

Mas na revisão jurídica (efetuada ou não por jurista, sabendo-se que o simples facto de ter um curso de direito na mão não é garantia de que se é bom jurista-revisor, embora idealmente a tradução e a revisão de textos jurídicos devessem ser feitas por juristas experientes...) todas as imperfeições da tradução têm de ser eliminadas, não só as gramaticais, sintáticas, etc., mas também as de natureza marcadamente jurídica. De qualquer modo, num quadro institucional, haverá a chancela final, a validação no fim do percurso do documento, com uma espécie de aposição de um selo de garantia tipo «tradução boa para publicação».

Permitam-me que recorra aqui a um paralelismo com o funcionamento do matrimónio em tempos já transcorridos para algumas sociedades.

A divisão do trabalho no casamento era simples e clara: o homem ia trabalhar para ganhar o sustento para a família; a mulher cuidava do trabalho doméstico (aí incluindo filhos, e tudo o que com eles se relacionava), trabalho esse que não era considerado como contributo pecuniariamente valorado para a vida da família. Em alguns países, era esse o padrão até meados do século passado, eficiente do ponto de vista económico. Gary Becker (Prémio Nobel de Economia, 1992)[(8)] afirmou que, dado que os homens não podiam ter filhos, as mulheres tinham uma vantagem comparativa em assumirem a responsabilidade pelos filhos. Os homens, por seu turno, tinham uma vantagem comparativa no local de trabalho, com acesso a melhores salários, pelo que tinham a especialidade de irem trabalhar. Os eletrodomésticos e a transformação social alteraram esse padrão, ao libertarem a mulher de algumas das tarefas domésticas e ao compelirem-na a integrar-se no mercado do trabalho, contribuindo para o regime financeiro familiar.

Na minha experiência nos serviços de tradução em Bruxelas e no Luxemburgo, as operações de tradução e revisão apresentavam também este padrão de divisão do trabalho, e também com aquele equilíbrio de interesses que Becker apontava ao matrimónio tradicional.

---

(7) Por exemplo *in* Decreto n.º 110/77 — Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da Hungria, http://www.dre.pt/pdf1s/1977/08/19600/20482050.pdf ou *in* Decreto n.º 40/2002 — Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia, assinado em Liubliana em 6 de junho de 2001, http://www.dre.pt/pdf1s/2002/12/290A00/78457848.pdf.

(8) Cit. no artigo «How do you solve a shaky marriage and lousy sex life? Spousonomics, stupid» de Will Pavia, *The Times*, 1.2.2011, p. 42.

Mas neste contexto institucional havia ainda aquele elemento tão determinante na vida pessoal e na vida de um tradutor ou de um advogado: o tempo, ou melhor, os prazos. E havia ainda outro fator determinante na produção de traduções: o original, redigido por vezes em diversas línguas estrangeiras, a traduzir para português, ponto já atrás referido mas em que ora se insiste.

Domar a fera do tempo era e é tarefa difícil, principalmente quando o serviço autor do original a traduzir (e a rever) não está sensibilizado para o elemento tempo e pensa — o que era comum — que traduzir e rever (textos jurídicos) era operação que não consumia esse bem precioso que é o tempo. Houve que fazer neste aspeto uma educação insistente dos serviços autores dos originais em língua estrangeira: no serviço de tradução único e comum ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões esta educação produziu resultados muito satisfatórios do ponto de vista da dimensão dos textos (dizer mais em menos palavreado, segundo o brocardo latino «*multa paucis*»), da integração do prazo de tradução/revisão na conceção completa do texto e na qualidade do original traducendo. Tudo isto teve relevo nos documentos que se inseriam (e inserem) no processo legislativo da UE: no caso dos referidos Comités, a emissão de pareceres (obrigatórios ou facultativos) destinados ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão (artigo 300.º e segs. do Tratado de Lisboa), pareceres amiúde de elevada complexidade jurídica.

É verdade que, a certa altura do meu trabalho nas instituições europeias, Deus — com quem os tradutores têm uma relação especial, pois que falam as línguas que o Céu entende — contemplou-nos com aquele outro preciosíssimo eletrodoméstico que estava destinado a mudar as nossas vidas: os computadores[(9)].

Em tempos antigos, a família vira entrar em casa as máquinas de lavar loiça e de roupa, os fogões, os micro-ondas, os frigoríficos e toda a caterva de eletrodomésticos e de evoluções tecnológicas que libertaram em boa hora a mulher de muitas das tarefas, e que levaram o casamento a passar de um modelo de «produção» para um modelo «hedónico» (Justin Wolfers[(10)]).

Agora, entrava-nos pelo escritório dentro esse novo eletrodoméstico que, se poderia acelerar a tradução e a revisão e a correção destas (além do mais por via do acesso a esse vasto e admirável mundo novo da Internet), abria concomitantemente espaço a novos perigos: o encurtar os prazos dedicados à tradução/revisão mas não os de elaboração do original (o que significava que era à tradução/revisão que cabia recuperar os atrasos) e a existência de infinitas fontes de informação cuja seleção reclamava (e reclama!) especial espírito seletivo, atento e culto por parte do tradutor/revisor: é um delicado trabalho de filigrana! O computador modificou-nos, permitiu democratizar a informação, retirou um certo poder às chefias — que perdiam o monopólio da informação — criou novos reptos: mas, de qualquer modo, a aventura é apaixonante!

Posso arriscar o seguinte como resultado concorrente da presença do computador no nosso trabalho diário: também nos serviços de tradução da UE (Comissão, Conselho, PE, Comité Económico e Social Europeu/Comité das Regiões) se passou, com matizes diversos, de um modelo de produção para um modelo hedónico, permitindo o processo de elaboração de traduções e de revisões recolher mais «entusiasmo» da parte dos seus agentes... Digo isto *cum grano salis*, admitindo que aquela do modelo hedónico na tradução seja coisa controversa... mas adiante.

Mas há um outro plano que quero destacar, para o que recorro a dados empíricos.

As sucessivas adesões à UE — designadamente a de 2004, com a entrada de 10 novos membros — ao ampliarem o elenco de línguas em jogo, e ao manterem os princípios de igualdade entre elas que vinham já do Regulamento n.º 1 de 1958, impuseram segundo creio, paulatinamente, uma nova

---

(9) Ahmed, Murad — «My life as a web widower», *The Times*, 5.4.2011, p. 44.
(10) Wolfers, Justin — «How marriage survives», *The New York Times*, 12.10.2010, http://www.nytimes.com/2010/10/13/opinion/13wolfers.html?_r=2&hp.

perceção dos serviços de tradução no contexto institucional: a de que eram uma plataforma indispensável ao funcionamento da União, facto de tal modo evidente que alguns haviam esquecido (o evidente é o que não se vê... e por isso não se conta com ele...)[(11)].

As adesões de 1995 (Áustria, Finlândia e Suécia) e de 2004/2007 causaram também outras mutações de natureza, digamos, mais «sociológica»[(12)] nos serviços de tradução (pelo menos nos Comités já referidos): os tradutores recrutados em função das adesões eram (e são) regra geral experientes no trabalho com computadores, Internet, e demais tecnologias da informação e comunicação, para além de serem possuidores de relevante cultura linguística e outra. Atuavam em regime de assinalável autonomia, com traduções que em muitos casos não careciam de revisão. E a onda espalhou-se: o manejo mais eficaz e subtil das TI acelerou o processo de tradução/revisão, encurtou a escala hierárquica (tradutor e revisor operavam em conjunto), desformalizou a operação tradução/revisão, enfim melhorou por contaminação o trabalho nas diversas unidades de tradução. Aliás, essa nova geração de tradutores emergentes das adesões de 1995 e seguintes de certa forma agudizou a «competição»[(13)] entre unidades de tradução nos Comités, no sentido de produção de traduções/revisões no mais curto prazo e com qualidade. Estas adesões impuseram, finalmente, o inglês no ambiente das instituições da UE[(14)], por ser a língua mais comummente usada pelos novos funcionários e agentes, o que também terá contribuído para, nos serviços de tradução, haver um padrão de relações menos formais e mais «desburocratizadas»... como se a língua inglesa trouxesse consigo um «package» que incluía, pelo mesmo «preço», esse tipo de relações...

Bom, mas voltando atrás: a revisão jurídica o que é?

Sem pretensões teóricas, para o que não disponho de instrumentos nem de estro, a revisão jurídica deve (e foi assim que entendi durante o período de exercício de funções na UE) além do mais reconduzir a tradução ao *estilo jurídico*: o que é isso? Não sei... e neste particular estou como Santo Agostinho quando se referia ao tempo — se ninguém me perguntar eu sei o que é o tempo; mas se alguém me perguntar não sei o que dizer… Posso, sem embargo, avançar uns elementos sobre o que pode ser o *estilo jurídico* — concisão, expurgação do supérfluo, clareza, não decalque da língua estrangeira, repúdio de frases longas e de linguagem coloquial... são talvez pontos a considerar[(15)]. Insisto nesta do estilo jurídico. Não se pode escrever Direito... por linhas tortas (os deuses podem fazer isso, nós não!). A responsabilidade dos serviços de tradução oficiais (da UE ou do Estado-Membro) vai também até aí: assegurar que a produção legislativa (a essa me tenho referido por ser a primordial) tenha todas as qualidades, incluindo as de estilo. É que houve, por vezes, a confinação da tradução jurídica a um nível (o terminológico), com supressão de outros níveis como o do estilo jurídico.

Mas, há uma outra vertente já aqui assinalada: a revisão tem uma função pedagógica (formação dos tradutores) e uma função de ponte intergeracional (desculpem o pretensioso desta frase): isto é: visa assegurar que o saber acumulado passe para a geração de profissionais seguinte, que não se extravie, com grande prejuízo para a instituição. E há ainda outro aspeto que queria sublinhar. A revisão é uma

---

(11) Comissão Europeia, Direção-Geral de Tradução — *Studies on Translation and Multilingualism: Lawmaking in the EU multilingual environment*, 2010, http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=HC3110678.

(12) ...e política, claro. V. Ehrel, Christine — *L'UE et l'emploi: bilan et perspectives.* Notre Europe, 2010, p. 7 e segs, http://www.notre-europe.eu/uploads/tx_publication/PolicyPaper39-fr_01.pdf.

(13) A competição ou concorrência, uma das «killer applications» que permitiram ao Ocidente superar o Oriente segundo Niall Ferguson: *Civilization – The West and the Rest,* Allen Lane, 2011.

(14) V. nota 2 supra.

(15) Pelage, Jacques — «Emprunts et calques dans la traduction des discours juridiques». *Jornal da Associação Portuguesa de Tradutores*, ano 14, n.º 52, janeiro 2010/dezembro 2010, p. 5, http://www.apt.pt/Newsletters/Jornal_da_APT_52.pdf;
Reed, David G. — «Problèmes de la traduction juridique au Québec», *Journal des traducteurs*, n.º 1, 1979, p. 95-102, http://id.erudit.org/iderudit/003933ar;
Terré, François — «Brèves notes sur les problèmes de la traduction juridique», *Revue Internationale de droit comparé*, vol. 38 n.º 2, 1986, p. 347-350, http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1986_num_38_2_2421.

fase de saneamento processual, ou seja, deve sanar na tradução os vícios desta e não aumentá-los ou substituí-los por outros, ou seja: há, como em tudo, que ser diligente, sabedor, prudente e ter noção dos equilíbrios quando se revê uma tradução e, designadamente, do objetivo em causa.

Concluindo: como se sabe, a tradução e a dimensão linguística da legislação europeia são o cerne do direito europeu: exprimindo-se nas múltiplas línguas da União, os atos jurídicos só podem ser aplicados de modo uniforme se forem redigidos de forma compreensível, precisa e sem ambiguidades e se as diversas versões linguísticas forem concordantes e equivalentes. Mas isso não obsta a que na versão portuguesa, no que ora nos interessa, se observe um estilo mais consentâneo com a nossa tradição jurídica. E uma certa beleza não ficaria mal de todo: é até fundamental, como dizia Vinicius de Moraes em relação a outros domínios.

luis.f.sabino@gmail.com

A partícula hidr(o)-

Paulo Correia
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A base terminológica IATE e as memórias de tradução Euramis da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia (DGT) contêm exemplos abundantes e variados de **terminologia química** em língua portuguesa[1]. No entanto, nem sempre a ortografia está correta — mesmo quando foi indicada pelos peritos nacionais —, sobretudo quando se trata de compostos químicos.

A verificação dos conteúdos da base IATE realizada em preparação para a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90)[2] nas instituições da União Europeia permitiu localizar vários casos-tipo. Um desses casos é o da utilização como infixo ou sufixo de partículas iniciadas pela letra «h»[3]. Que fazer com o «h»?

Talvez por o «h» formar «letras compostas» («ch», «lh», «nh»), o português, contrariamente à maioria das línguas, tem problemas com essa letra no meio de palavras. Abstraindo do famoso princípio do «consagrado pelo uso», que tudo permite justificar — menos o «h» no meio das palavras —, haverá padrões nas soluções expressas nos vocabulários da língua portuguesa[4]? Naturalmente que há: das duas uma, ou cai o «h» ou leva hífen antes. Ou, então, criam-se casos de dupla grafia.

---

(1) Verificam-se, ultimamente, casos em que a terminologia das substâncias químicas em língua portuguesa desapareceu de anexos técnicos da legislação secundária da responsabilidade das instituições europeias, substituída por terminologia inglesa, identificada como terminologia internacional. Exemplo: a «Lista de classificações e rotulagens harmonizadas de substâncias perigosas» do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 [os atos alterados e revogados estavam integralmente em português], http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:353:0001:1355:PT:PDF.

(2) Ver o artigo «IATE e as questões ortográficas» neste número d'«a folha» e a separata do n.º 35 d'«a folha» — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_vocabulario_pt.pdf.

(3) Exemplos de partículas que ocorrem na base IATE: hal(o)-, heli(o)-, hex(a)-, higr(o)-, híbrido, hidr(o)-, hom(o)-, hiper-, hister(o)-.

(4) Muitas questões ortográficas não encontram resposta nos dicionários. Os vocabulários da língua portuguesa podem frequentemente dar uma ajuda, mas nem mesmo estes podem prever todas as ocorrências. Ver também o artigo «Vocabulários do Acordo Ortográfico de 1990», publicado no n.º 32 d'«a folha» — primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

Vejamos o caso da **partícula hidr(o)-**, indicadora da presença do átomo hidrogénio, e a sua interação com vários prefixos. Para tanto, podemos socorrer-nos de duas fontes principais: a versão luso-brasileira do *Guia IUPAC para a nomenclatura de compostos orgânicos*, abreviadamente designado «Guia Azul»(5), e os vocabulários da língua portuguesa, com destaque para o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP)(6) da Academia Brasileira de Letras (ABL), por ser aquele que contém mais entradas neste domínio.

Prefixos subtrativos — an-, des-

Estamos perante verdadeiros prefixos (aqueles que já o eram no grego e no latim clássicos). Estes prefixos têm como característica a **eliminação do «h»** das partículas que se lhes sigam. Exemplos: amoníaco anidro e ácido desidrocólico.

> Num contexto de tradução, a utilização do prefixo ***des-*** pode revestir-se de alguma dificuldade, pois o prefixo inglês equivalente é *de-* e o prefixo francês é *dé-*, o que pode levar à adoção do prefixo ***de-*** em português(7). Porém, apenas o VOLP da ABL regista termos químicos que incluam as sequências desidr(o)- e deidr(o)- (nalguns casos regista grafias duplas). Sendo necessário harmonizar a ortografia, seguir-se-á a prática do «Guia Azul», a saber: uso exclusivo do prefixo ***des-***. Exemplo: *dehydroabietyl alcohol* será álcool desidroabietílico, por oposição ao álcool hidroabietílico.

Prefixos aditivos — mon(o)-, di-, tri-, tetr(a)-, …, poli-

Estamos em presença de pseudoprefixos. Os pseudoprefixos têm um comportamento mais irregular com eventuais «h» que os sigam. Umas vezes eliminam o «h», outras vezes separam-se dele por um hífen. Muitas vezes as duas soluções coexistem. Os vocabulários ortográficos indicam grafias duplas para os termos formados com estes prefixos aditivos(8). Sendo necessário harmonizar a ortografia, seguir-se-á a opção adotada no «Guia Azul», a saber: **«h» antecedido de hífen**. Exemplo: tetra-hidrofurano e não tetraidrofurano.

> Com o AO90, o problema nem sequer se põe para os prefixos aditivos terminados em «i», como ***di*** ou ***tri*** e ***poli***. Com o AO90 passa a ser impossível utilizar «ii» (*diidro*) em palavras formadas por prefixação, como era anteriormente legítimo, tendo que passar a separar-se os «ii» com um hífen (*di-idro*). Mas se se usa o hífen, não há razão para fazer cair o «h». A solução única é, assim, **di-hidro**.

Em anexo, apresentam-se alguns exemplos extraídos da base IATE (os erros ortográficos são assinalados a itálico) e a ortografia corrigida/harmonizada, já adaptada ao AO90.

Paulo.Correia@ec.europa.eu

---

(5) As dificuldades de harmonização na construção de termos químicos e na sua escrita terão levado a Sociedade Portuguesa de Química a publicar os guias IUPAC, tendo começado precisamente pelo «Guia Azul», o guia para a nomenclatura de compostos orgânicos: International Union of Pure and Applied Chemistry, Sociedade Portuguesa de Química — *Guia IUPAC para a nomenclatura de compostos orgânicos*, coord. R. Panico, W. H. Powell, Jean-Claude Richer; trad. Ana Cristina Fernandes, Bernardo Herold, Hernâni Maia, Amélia Pilar Rauter, José Augusto Rosário Rodrigues. Lisboa; Porto: Lidel, 2008. ISBN 978-972-757-150-5.
(6) Academia Brasileira de Letras — Busca no Vocabulário, http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23.
(7) Reparar que *dehydration*/*déhydration* é desidratação, por oposição a hidratado, *devaluation*/*dévaluation* é desvalorização, por oposição a valorização, ou *deforestation*/*déforestation* é desflorestação, por oposição a florestação, etc. Porém, os prefixos portugueses ***des-*** e ***de-*** têm signicados muitas vezes semelhantes. Exemplo: *decapitation*/*décapition* é decapitação e não *descapitação*.
(8) Segundo o VOLP da ABL, podem ocorrer também algumas soluções *sui generis* como monidratação, hexidroxilsulfúrico, polidroxilado, etc. Embora possíveis, estas soluções não são recomendadas à luz do «Guia Azul».

Prefixos subtrativos

	IATE antes	**IATE após harmonização (AO90)**	**ficha n.º**
an-	—	—	
des-	*ácido dehidrocólico*	ácido desidrocólico	1884022
~~de~~-	*álcool dehidroabietílico* álcool deidroabietílico	álcool desidroabietílico	1206693

Prefixos aditivos

	IATE antes	**IATE após harmonização (AO90)**	**ficha n.º**
mon(o)-	*monohidrogenofosfato de dipotássio*	mono-hidrogenofosfato de dipotássio	1106721
di-	álcool diídrico	álcool di-hídrico	1208513
	álcool dihidroabietílico álcool diidroabietílico	álcool di-hidroabietílico	1206691
	dihidrogenofosfato de 2-aminoetilo	di-hidrogenofosfato de 2-aminoetilo	66851
	metildihidromorfina	metildi-hidromorfina	1894492
	neoesperidina dihidrocalcona	neo-hesperidina di-hidrocalcona	1066849
	1,25-dihidroxivitamina D	1,25-di-hidroxivitamina D	1898439
tri-	—	—	
tetr(a)-	*ácido 5-formiltetrahidrofólico*	ácido 5-formiltetra-hidrofólico	1431979
	ácido tetraidroftálico	ácido tetra-hidroftálico	1203944
	álcool tetraidroabietílico	álcool tetra-hidroabietílico	1206692
	resina tetrahidrofurano	resina de tetra-hidrofurano	1490196
	1,2,3,6-tetrahidro-N-(1,1,2,2--tetracloroetiltio)ftalimida	1,2,3,6-tetra-hidro-*N*-(1,1,2,2--tetracloroetiltio)ftalimida	1194428
—	—	—	
dodec(a)-	*dodecahidronaftaleno*	dodeca-hidronaftaleno	1166382
—	—	—	
poli-	ácido polidroxipoliarilsulfonossulfónico	ácido poli-hidroxipoliarilsulfonossulfónico	1205557
	composto polihidroxilado	composto poli-hidroxilado	1207078

A base IATE e as questões ortográficas

Equipa Linguística do Departamento de Língua Portuguesa
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A base IATE, nascida em 2004, é a herdeira de anteriores bases terminológicas das instituições europeias[1]. Os termos históricos geridos pela Comissão Europeia são provenientes da antiga base terminológica **Eurodicautom**, nascida em 1975.

O pioneirismo informático da base Eurodicautom refletiu-se numa certa rigidez ao nível da introdução e gestão dos dados, que se traduziu na impossibilidade de os introduzir ou corrigir em linha. Os condicionalismos organizativos daí decorrentes estarão na origem de problemas ortográficos de algumas entradas portuguesas, nomeadamente erros ou gralhas de datilografia e perda ou adulteração de carateres diacríticos durante a importação de coleções de dados.

Após a importação dos dados históricos para a base IATE, esses problemas têm sido resolvidos caso a caso, à medida que os erros vão surgindo na consulta ou consolidação dos dados ou que somos alertados pelos utilizadores. Com a necessidade de preparar a adaptação da ortografia utilizada nas

(1) Ver «IATE: terminologia interativa para a Europa» *in* «a folha» n.º 25, Número Especial — 2007, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf.

instituições europeias às regras do Acordo Ortográfico de 1990, surgiu uma ocasião para resolver de uma forma mais sistemática muitos dos velhos problemas ortográficos.

A abordagem adotada para os termos IATE geridos pela Comissão Europeia tem sido discutida no Grupo de Tradução e Terminologia do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução e com os terminólogos de outras instituições[(2)]. Pode dividir-se em quatro grandes fases:

1) Uma **primeira fase**, iniciada em 2010, consistiu num trabalho, puramente manual, realizado diretamente na base IATE, tendo os termos a tratar sido identificados mediante a utilização de filtros de pesquisa:

- correção de termos formados por aposição de prefixos e falsos prefixos — inicialmente, ainda de acordo com as regras do Acordo Ortográfico de 1945[(3)] e numa segunda fase, posterior à publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011[(4)], já com os critérios do Acordo Ortográfico de 1990;
- uniformização de critérios na ortografia dos nomes de espécies de seres vivos, alinhando pelas regras explicitadas no Acordo Ortográfico de 1990[(5)];
- correção de erros ortográficos frequentes na terminologia química, ligados essencialmente às partículas começadas por «h», «s» e «r»[(6)].

2) Uma **segunda fase**, que arrancou em finais de 2010, consiste num trabalho, ainda puramente manual, baseado em listagens Excel de todos os termos portugueses da responsabilidade da Comissão, extraídas por ordem alfabética pela coordenação terminológica da Direção-Geral da Tradução, e completado também pelo recurso à pesquisa com truncatura:

- deteção e correção de erros ortográficos independentes da alteração das regras ortográficas e, quando adequado, adaptação à nova ortografia — os termos com a ortografia anterior serão incluídos no índice IATE (*Lookup form*), permitindo a pesquisa por meio da interface interinstitucional[(7)]; a menção AO90 será acrescentada no campo *Note*, indicando que a entrada está em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990;
- introdução de itálico nas expressões em idiomas estrangeiros, em conformidade com o disposto no *Código de Redação Interinstitucional*[(8)] e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010[(9)].

3) Uma **terceira fase** consiste num trabalho, semiautomático, baseado igualmente em listagens Excel dos termos portugueses da responsabilidade da Comissão, realizado diretamente em ficheiros Excel extraídos pelo Centro de Tradução[(10)] a partir das sequências de carateres potencialmente abrangidas pela reforma ortográfica:

---

(2) IATE PT COM AO90, in Wiki *Língua portuguesa* (acesso exclusivamente interinstitucional) http://intracomm.cec.eu-admin.net/wikis/display/languagept/Projeto+IATE+PT+COM+AO90.

(3) Ver «Uso e abuso do hífen — relato de uma experiência» *in* «a folha» n.º 32 — primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

(4) Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 17, 25 de janeiro de 2011, http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/01700/0048800489.pdf.

(5) Ver «Nomes de espécies de seres vivos» *in* «a folha» n.º 35 — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf.

(6) Ver o artigo «A partícula hidr(o)-» neste número d'«a folha».

(7) A hipótese alternativa de manter os termos com a grafia antiga (e a menção DEPRECATED) ao lado do termo com a nova ortografia foi descartada, uma vez que introduziria demasiado ruído na base.

(8) *Código de Redação Interinstitucional: Anexo B1. Uso do itálico*, http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5010100.htm#iB.

(9) Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, 11 de outubro de 2010, http://www.dre.pt/pdf1s/2010/10/19700/0442104433.pdf.

(10) O Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia é o serviço que alberga, no Luxemburgo, a base IATE.

- conversão ortográfica automática, recorrendo à ajuda do conversor ortográfico Lince[11], do Portal da Língua Portuguesa;
- verificação da conversão automática, assinalando os termos que sofrem efetivamente alterações — é muito importante notar que todos os conversores ortográficos estão, necessariamente, limitados às palavras constantes dos vocabulários ortográficos flexionados que lhes servem de base, não dispensando uma revisão posterior[12];
- reimportação dos termos para a base IATE pelo Centro de Tradução.

4) Uma **quarta fase** consistirá na extração de ficheiros Excel finais, que serão tratados de forma a listar alfabeticamente todas as palavras que figuram nos termos IATE da responsabilidade da Comissão, o que irá permitir detetar e corrigir manualmente erros que tenham escapado nas revisões ortográficas anteriores.

A base IATE e a passagem ao Acordo Ortográfico de 1990

As duas principais ferramentas utilizadas pelos tradutores do Departamento de Língua Portuguesa para pesquisar termos são a base Euramis (memórias de tradução) e a base terminológica IATE. Convém que os tradutores possam contar logo no dia 1 de janeiro de 2012 com recursos terminológicos em que os termos estejam já, na maioria, escritos de acordo com a nova ortografia. A base IATE poderá, assim, servir de apoio à tradução num período de transição e adaptação. A revisão ortográfica do conteúdo dos restantes campos da base IATE é menos urgente, pois não afeta as pesquisas terminológicas normais.

DGT-PT-LINGUISTIC-TEAM@ec.europa.eu

---

[11] Lince: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=lince (versão 1.2.12.).
Seguiu-se o seguinte procedimento para os ficheiros Excel:
- exportação de xls para csv (campos separados por tabulações, sem marcadores de campo);
- conversão com a versão 1.2.12 do *Lince*, escolhendo, no menu de seleção de ficheiros, a opção «outros ficheiros de texto simples»;
- reimportação para xls usando o Excel (o OpenOffice.org por vezes dá problemas nestes casos), tendo em atenção as definições de importação (*tabs* como marcador de separação de campos, *nulo* como delimitador de campos, codificação igual à da exportação).

[12] Ver a este respeito o artigo «Conversores ortográficos e vocabulários das memórias de tradução» neste número d'«a folha».

Conversores ortográficos e vocabulário das memórias de tradução

Equipa Linguística do Departamento de Língua Portuguesa
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

O vocabulário resultante de uma extração, em finais de setembro de 2010, da totalidade dos conteúdos em língua portuguesa das memórias de tradução Euramis da Direção-Geral da Tradução (DGT) da Comissão Europeia permite identificar claramente as palavras mais frequentes nos textos da responsabilidade da DGT[(1)].

> O nosso universo de trabalho é dominado pelo substantivo **artigo**, com 2 792 434 ocorrências, sendo os restantes lugares do pódio dos substantivos ocupados por **Comissão** e **regulamento**, com 2 465 062 e 1 407 423 ocorrências respetivamente. O campeão absoluto é, no entanto, a preposição **de**, que só ou combinada com os artigos definidos atinge quase 40 milhões de ocorrências. Entre os operadores lógicos vence largamente o **e** seguido do **não** e do **ou**. Os verbos mais utilizados são, por esta ordem, **ser**, **dever**, **poder** e **ter**. O advérbio de modo mais utilizado é **nomeadamente** (463 929). Como curiosidade, refira-se também que o mês mais utilizado é **dezembro** (289 867) e o menos utilizado é, naturalmente, o mês de **agosto** (56 193). No pódio das palavras estrangeiras está ***software*** (54 289), seguido de ***dumping*** (47 550) — isto se considerarmos que **Internet** (81 191) é um nome próprio, consequentemente grafado com maiúscula inicial.

Entre as palavras frequentes do vocabulário das memórias de tradução Euramis encontram-se naturalmente palavras cuja ortografia sofre alterações com a aplicação do **Acordo Ortográfico de 1990** (AO90). No topo das ocorrências estão:

- *directiva* **diretiva** (1 030 317)
- *protecção* **proteção** (371 958)
- *actividades* **atividades** (360 575)
- *acção* **ação** (318 717)
- *objectivo* **objetivo** (313 764)

Corretor vs. *conversor?*

Com o iminente início da aplicação do AO90 nos textos em língua portuguesa das instituições europeias, convém conhecer as possibilidades e limitações das diferentes ferramentas informáticas à disposição dos tradutores/redatores a fim de garantir, tanto quanto possível, a utilização de uma ortografia correta.

Na redação de **textos novos** já com as regras do AO90, os bem conhecidos **corretores ortográficos** (FLiP ou MS Office[(2)]) permitirão detetar e corrigir interativamente a ortografia — incluindo as ortografias antigas. Para os **textos já existentes**, por exemplo os documentos «históricos» reutilizados ou as memórias de tradução (Euramis), existem **conversores ortográficos**, que permitirão transcrevê-los para a nova ortografia.

---

(1) A lista das palavras que ocorrem 500 ou mais vezes nas memórias de tradução Euramis foi publicada como separata do n.º 35 d'«a folha» — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_vocabulario_pt.pdf.

(2) Atualização disponível para MS Office 2007 ou 2010, http://www.microsoft.com/portugal/acordoortografico/default.mspx.

Procedeu-se a uma verificação da resposta dada pelos conversores ortográficos **Lince** e **FLiP 8**, quando submetidos ao vocabulário utilizado no dia a dia do nosso trabalho[3].

Em primeiro lugar, os conversores ortográficos — tal como acontece com os corretores ortográficos — não conseguem contemplar a totalidade das palavras já existentes ou que possam ser criadas, mesmo se corretamente escritas à luz do Acordo Ortográfico de 1945 (AO45). Os conversores apenas tratam as **palavras que reconhecem**. Tal facto pode criar incerteza: será que o conversor reconheceu a palavra e não a mudou por a grafia não ser alterada pelo AO90 ou será que o conversor só não mudou a palavra porque não a reconheceu?

> Não é, assim, estranho que o termo **oxi-1,2-etanodi-ilo** (anteriormente corretamente escrito como *oxi-1,2-etanodiilo*), com 604 ocorrências em Euramis, tenha escapado ao Lince e ao FLiP.

Em segundo lugar, é preciso salientar que os conversores ortográficos apenas podem reconhecer e converter **palavras corretamente escritas** à luz do AO45. Como, contrariamente aos corretores ortográficos, os conversores não são interativos, e não podem apresentar sugestões quando não reconhecem uma palavra, os erros são mantidos. Esta é uma limitação prática importante, tendo em conta que se generalizaram na variante europeia do português muitas flutuações na aplicação de algumas regras até agora em vigor. É, assim, recomendável já ter submetido o texto a converter a uma prévia verificação com um corretor ortográfico AO45 cujo dicionário pessoal não tenha sido «viciado» com erros ortográficos correntes.

> O uso incorreto do hífen em palavras formadas por prefixação é disso um exemplo notável[4]. Não será, assim, de estranhar que a palavra **biorresíduos**, que aparece nas memórias de tradução sempre escrita como *bio-resíduos*, com 1248 ocorrências, não seja corrigida pelos conversores[5]. Acresce que ambos os conversores têm problemas com o tratamento de palavras escritas com hífen não separável (*non-breaking hyphen*) — as palavras são consideradas desconhecidas[6]. A questão da correta aplicação das novas regras (mais simplificadas) de uso do hífen em palavras formadas por prefixação deve merecer uma atenção especial nos primeiros tempos de aplicação do AO90 nas instituições europeias, para que não se repita a situação vigente de deficiente aplicação das regras do AO45[7].

Em terceiro lugar, se houver **palavras estrangeiras** no meio de um texto português (o que é frequente nos nossos textos), os conversores transformarão também as palavras estrangeiras homógrafas de palavras cuja ortografia é alterada pelo AO90. Essas alterações devem ser detetadas e revertidas numa revisão final ou, em alternativa, as expressões estrangeiras devem ser assinaladas com marcas de exclusão (Lince) ou ser excluídas dos trechos selecionados para conversão pelo FLiP.

> Assim, se nada for feito, «European Forum for **Sectorial** Dialogue» será convertido em «European Forum for **Setorial** Dialogue».

---

(3) Conversores ortográficos atualmente à disposição da Direção-Geral da Tradução: Lince, do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), (http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=lince) e FliP 8 da Priberam; não foi verificada a resposta do conversor ortográfico da Porto Editora, dado implicar o envio dos ficheiros para a Porto Editora, o que exclui a sua utilização para documentos internos produzidos na Comissão Europeia (http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico/conversor-ficheiros/).

(4) Ver a este respeito o artigo «Uso e abuso do hífen», publicado no n.º 32 d'«a folha» — primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

(5) O Lince consegue, mesmo assim, partindo do prefixo, detetar e corrigir muitos desses erros comuns na escrita de palavras formadas por prefixação. No entanto, numa minoria de casos esse procedimento pode ocasionar resultados divergentes. Exemplo: *multissectorial* é convertido em *multissetorial* e *multi-sectorial** é convertido em *multissectorial*.

(6) Podendo, mesmo, em alguns casos, ser truncadas pelo FLiP quando uma das palavras sofre mudanças ortográficas. Exemplo: *ante-projecto* é transformado em *projeto*.

(7) A observação dos textos da RTP, do *Expresso* ou da *Visão*, órgãos de comunicação social que já aplicam o Acordo Ortográfico de 1990, parece mostrar que as novas regras (simplificadas) de uso do hífen em palavras formadas por prefixação estão a ser de difícil assimilação (pesquise-se, por exemplo, «anti» em site:rtp.pt, site:expresso.pt ou site:visao.pt).

Em quarto lugar, nos casos das **novas duplas grafias** previstas nos vocabulários da variante europeia do português[8], os resultados do Lince e do FLiP nem sempre são coincidentes. As predefinições do Lince e do FLiP para escolha da ortografia a utilizar podem ser personalizadas, o que poderá acarretar uma potencial dispersão, não desejável, no tratamento das novas duplas grafias. Isto mostra a conveniência de uma harmonização das grafias a privilegiar nos textos da DGT e dos restantes serviços de tradução das instituições europeias.

> Será de evitar que num mesmo documento ou em documentos relacionados apareça umas vezes **espectrómetro** e outras **espetrómetro**, umas vezes **antisséptico** e outras **antissético**, umas vezes **insecticida** e outras **inseticida**, etc.

Apresentam-se em anexo exemplos de conversão de palavras que ocorrem 100 ou mais vezes nas memórias de tradução Euramis da Comissão Europeia. Assinalam-se com asterisco (*) e itálico as palavras com ortografia errada e em negrito as palavras com dupla ortografia relativamente às quais divergem as predefinições do Lince e do FLiP. Para facilidade de leitura, dividiram-se os exemplos em três partes:

- sequências de letras que sofrem alterações;
- uso do hífen em palavras formadas por prefixação;
- uso do hífen em locuções substantivas e adjetivas.

Por todas as razões acima expostas e face aos exemplos a seguir apresentados, a conclusão final é a de que — independentemente da sua eventual utilidade para textos já existentes — **a utilização dos conversores ortográficos em textos novos não dispensa uma revisão prévia (AO45) e uma revisão posterior (AO90) dos textos convertidos**.

DGT-PT-LINGUISTIC-TEAM@ec.europa.eu

Sequências de letras que sofrem alterações

CC > C

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
accionado	acionado	acionado
accionamento	acionamento	acionamento
accionar	acionar	acionar
accionista	acionista	acionista
anti-infeccioso	**anti-infecioso**	**anti-infeccioso**
fraccionamento	fracionamento	fracionamento
infeccioso	**infecioso**	**infeccioso**
inspeccionado	inspecionado	inspecionado
seleccionado	selecionado	selecionado
seleccionar	selecionar	selecionar

[8] Cerca de 300 pares que se vêm somar aos cerca de 3000 pares já anteriormente existentes (fonte: ILTEC). Alguns exemplos de duplas ortografias utilizadas nos nossos textos: *síndroma* (312 ocorrências) e *síndrome* (499 ocorrências); *louça* (2201 ocorrências), mas lava-*loiças* (176 ocorrências); *impactos* (13 902 ocorrências) e *impactes* (874 ocorrências); *sobresselentes* (2925 ocorrências) e *sobressalentes* (1988 ocorrências); *terraplenagem* (324 ocorrências) e *terraplanagem* (298 ocorrências); *roturas* (140 ocorrências) e *ru(p)turas* (706 ocorrências); *altifalantes* (1675 ocorrências) e *alto-falantes* (171 ocorrências); *tão-pouco* (1124 ocorrências) e *tampouco* (255 ocorrências); *toxicidade* (10 381 ocorrências) e *toxidade* (127 ocorrências); etc.

CÇ > Ç

Palavras (AO45)	Palavra (AO90) Lince	Palavra (AO90) FLiP
acção	ação	ação
correcção	correção	correção
detecção	deteção	deteção
direcção	direção	direção
direcção-geral	direção-geral	direção-geral
extracção	extração	extração
infracção	infração	infração
inspecção	inspeção	inspeção
intersecção	interseção	intersecção
liquefacção	liquefação	liquefação
protecção	proteção	proteção
reacção	reação	reação
redacção	redação	redação
selecção	seleção	seleção
transacção	transação	transação

CT > T

Palavras (AO45)	Palavra (AO90) Lince	Palavra (AO90) FLiP
actividade	atividade	atividade
acupunctura	acupuntura	acupuntura
aspecto	aspeto	aspecto
carácter	caráter	caráter
dactilografado	datilografado	datilografado
dactilografar	datilografa	datilografar
dactilografia	datilografia	datilografia
deflector	defletor	deflector
directamente	diretamente	diretamente
directiva	diretiva	diretiva
efectuado	efetuado	efetuado
espectral	espectral	espetral
espectrómetro	espectrómetro	espetrómetro
insecticida	inseticida	inseticida
insecto	inseto	inseto
objecto	objeto	objeto
objectivo	objetivo	objetivo
projecto	projeto	projeto
retráctil	retráctil	retrátil
sector	setor	setor
sectorial	sectorial	setorial
subsector	subsetor	subsetor
táctil	táctil	tátil

PC > C

Palavras (AO45)	Palavra (AO90) Lince	Palavra (AO90) FLiP
decepcionante	dececionante	dececionante
excepcional	excecional	excecional
recepcionado	rececionado	rececionado
recepcionar	rececionar	rececionar

PÇ > Ç

Palavras (AO45)	Palavra (AO90) Lince	Palavra (AO90) FLiP
acepção	aceção	aceção
adopção	adoção	adoção
concepção	conceção	conceção
contracepção	contraceção	contraceção

excepção	exceção	exceção
intercepção	interceção	interceção
percepção	perceção	perceção
recepção	receção	receção

PT > T

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
adoptado	adotado	adotado
adoptar	adotar	adotar
asséptico	**asséptico**	**assético**
cepticismo	ceticismo	ceticismo
contraceptivo	contracetivo	contracetivo
Egipto	Egito	Egito
excepto	exceto	exceto
exceptuando	excetuando	excetuando
interceptado	intercetado	intercetado
óptica	ótica	ótica
optimista	otimista	otimista
optimização	otimização	otimização
optimizar	otimizar	otimizar
organoléptica	organolética	*organoléptica* *
receptáculo	recetáculo	recetáculo
receptor	recetor	recetor
ruptura	rutura	rutura
susceptibilidade	suscetibilidade	suscetibilidade
susceptível	suscetível	suscetível
transceptor	transcetor	*transceptor* *

(*) ortografia errada

ÓI > OI

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
azóico	azoico	azoico
benzóico	benzoico	benzoico
bóia	boia	boia
carotenóide	carotenoide	carotenoide
jóia	joia	joia
tróica	troica	troica

ÊEM > EEM

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
crêem	creem	creem
dêem	deem	deem
prevêem	preveem	preveem
provêem	proveem	proveem
revêem	reveem	reveem
vêem	veem	veem

EE > E-E

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
sobreendividamento	*sobreendividamento* *	sobre-endividamento

(*) ortografia errada

II > I-I

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
oxi-1,2-etanodiilo	*oxi-1,2-etanodiilo* *	*oxi-1,2-etanodiilo* *

(*) ortografia errada

OO > O-O

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
microondas	micro-ondas	micro-ondas
microorganismo	micro-organismo	micro-organismo

Uso do hífen em palavras formadas por prefixação

ORTOGRAFIA CORRETA (AO45)

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
agro-alimentar	agroalimentar	agroalimentar
agro-ambiental	agroambiental	agroambiental
anti-séptico	**antisséptico**	**antissético**
auto-avaliação	autoavaliação	autoavaliação
co-decisão	codecisão	*co-decisão* *
co-financiamento	cofinanciamento	cofinanciamento
co-geração	cogeração	cogeração
infra-estrutura	infraestrutura	infraestrutura

(*) ortografia errada

ORTOGRAFIA INCORRETA (AO45)

Euramis	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
ante-projecto *	anteprojeto	*ante-projecto* *
anti-concorrencial *	anticoncorrencial	*anti-concorrencial* *
anti-fraude *	antifraude	*anti-fraude* *
auto-financiamento *	autofinanciamento	*auto-financiamento* *
bi-regional *	*bi-regional* *	*bi-regional* *
bio-resíduos *	*bio-resíduos* *	*bio-resíduos* *
ciber-segurança *	*ciber-segurança* *	*ciber-segurança* *
extra-comunitário *	extracomunitário	*extra-comunitário* *
extra-judicial *	extrajudicial	*extra-judicial* *
extra-quota *	extraquota	*extra-quota* *
foto-interpretação *	fotointerpretação	*foto-interpretação* *
infra-vermelho *	infravermelho	*infra-vermelho* *
inter-pares *	interpares	*inter-pares**
inter-sectorial *	intersectorial	*inter-sectorial* *
inter-serviços *	interserviços	*inter-serviços* *
intra-comunitário *	intracomunitário	*intra-comunitário* *
macro-económico *	*macro-económico* *	*macro-económico* *
micro-crédito *	*micro-crédito* *	*micro-crédito* *
micro-empresa *	*micro-empresa* *	*micro-empresa* *
micro-projecto *	*micro-projeto* *	*micro-projecto* *
moto-serra *	*moto-serra* *	*moto-serra* *
multi-sectorial *	multissectorial	*multi-sectorial* *
oligo-elemento *	*oligo-elemento* *	*oligo-elemento* *
opto-electrónico *	*opto-eletrónico* *	*opto-electrónico* *
orto-imagens *	*orto-imagens* *	*orto-imagens* *
para-estatal *	*para-estatal* *	*para-estatal* *
semi-acabado *	semiacabado	*semi-acabado* *
semi-duro *	semiduro	*semi-duro* *
semi-natural *	seminatural	*semi-natural* *
semi-vida *	semivida	*semi-vida* *
socio-económico *	socioeconómico	*socio-económico* *
sub-acção *	subação	*sub-acção* *
sub-conta *	*sub-conta* *	*sub-conta* *
sub-fornecimento *	*sub-fornecimento* *	*sub-fornecimento* *
sub-nacional *	*sub-nacional* *	*sub-nacional* *
sub-sistema *	*sub-sistema* *	*sub-sistema* *

*sub-total **	*sub-total **	*sub-total **
*sub-utilização **	subutilização	*sub-utilização **
*trans-sectorial **	*trans-sectorial **	*trans-sectorial **

(*) ortografia errada

Uso do hífen em locuções substantivas e adjetivas

Palavras (AO45)	**Palavra (AO90) Lince**	**Palavra (AO90) FLiP**
água-de-colónia	*água-de-colónia **	*água-de-colónia **
câmara-de-ar	câmara de ar	*câmara-de-ar **
caminho-de-ferro	caminho de ferro	*caminho-de-ferro **
chapéu-de-chuva	chapéu de chuva	*chapéu-de-chuva **
chapéu-de-sol	chapéu de sol	*chapéu-de-sol **
cor-de-laranja	*cor-de-laranja **	*cor-de-laranja **
cor-de-rosa	*cor-de-rosa **	*cor-de-rosa **
dia-a-dia	dia a dia	*dia-a-dia **
fim-de-semana	fim de semana	fim de semana
folha-de-flandres	*folha de Flandres **	*folha-de-flandres **
fora-de-estrada	*fora-de-estrada **	*fora-de-estrada **
mão-de-obra	mão de obra	*mão-de-obra **
nota-de-rodapé	*nota-de-rodapé **	*nota-de-rodapé **
pé-de-página	*pé-de-página **	*pé-de-página **
pó-de-arroz	pó de arroz	*pó-de-arroz **
porta-a-porta	*porta-a-porta **	*porta-a-porta **
todo-o-terreno	*todo-o-terreno **	*todo-o-terreno **

(*) ortografia errada ou não conforme com as propostas de harmonização apresentadas na futura edição 2012 do Guia do Tradutor do Departamento de Língua Portuguesa da DGT

N.B.: a utilização dos conversores ortográficos em textos novos não dispensa uma revisão prévia (AO45) e uma revisão posterior (AO90) dos textos convertidos!

Envio de correspondência: dgt–folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)
Edição electrónica: sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-780-9

9 771830 780004